

Ata

18.ª REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

11 de outubro de 2019

No dia onze de outubro de dois mil e dezanove, pelas onze horas, reuniu na sala do Conselho da Reitoria da Universidade do Porto, sita na Praça Gomes Teixeira, no Porto, o Conselho Geral, tendo estado presentes os seguintes membros: Artur Santos Silva, Adélio Mendes, Adriano Carvalho, Amândio Sousa, Américo Afonso, Artur Águas, Aurora Teixeira, Carlos Azevedo, Corália Vicente, João Moreira Campos, José Fernando Oliveira, Luís Filipe Antunes, Pedro Silva, Diogo Martins, Inês Azevedo Silva, Francisca Carneiro Fernandes, José Sousa Lameira, Maria Geraldês, Rui de Amorim Sousa, Sérgio Guedes Silva e Vítor Silva. Justificou a sua ausência Marcos Teixeira. Também estiveram presentes, sem direito a voto o Reitor da Universidade do Porto, António Sousa Pereira e a nova estudante representante dos Estudantes do Conselho Geral, Ana Gabriela Cabilhas.

A reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho Geral com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Tomada de posse do elemento externo cooptado pelos elementos internos em 17 de junho.
2. Ratificação da aprovação da ata da reunião anterior.
3. Ratificação da aprovação da proposta de modelo de distribuição do orçamento de estado pelas unidades orgânicas da U.Porto.
4. Preparação do processo de nomeação do Provedor do Estudante (termo do mandato a 14 de outubro de 2019).
5. Relatório de Contas Intercalares do 1.º trimestre.
6. Plano de Viabilidade da UPTEC.
7. Autoavaliação do Conselho Geral e das suas Comissões Permanentes.
8. Apreciação da proposta de calendário das reuniões do Conselho Geral para 2020.
9. Outros assuntos.

Iniciada a reunião, o Presidente do Conselho Geral após ter cumprimentado os membros presentes, informou que tinha recebido no passado dia 9 de outubro um pedido de demissão da qualidade de membro do Conselho Geral do Estudante Diogo Pimenta, enquanto representante dos estudantes. O Presidente agradeceu o trabalho desenvolvido ao longo do seu mandato e colocou à consideração do Conselho, a presença na reunião, sem direito a voto, da estudante substituta Ana Gabriela Cabilhas que irá tomar posse na próxima reunião. O Conselho considerou pertinente a sua participação.

De seguida, deu início à discussão da ordem de trabalhos:

1. Tomada de posse do elemento externo cooptado pelos elementos internos em 17 de junho.

Em substituição do Eng.º Pedro Silva Dias foi empossado o Sr. Dr. Rui Manuel de Amorim Silva e Sousa na qualidade de Membro Cooptado do Conselho Geral da U.Porto.

2. Ratificação da aprovação da ata da reunião anterior.

Foi deliberado por unanimidade ratificar a aprovação da ata da reunião de 17 de julho de 2019.

3. Ratificação da aprovação da proposta de modelo de distribuição do orçamento de estado pelas unidades orgânicas da U.Porto.

Foi deliberado ratificar por maioria, com uma abstenção do Sr. Prof. Doutor Pedro Silva, a aprovação da proposta de modelo de distribuição do orçamento de estado pelas Unidades Orgânicas da U.Porto.

O Prof. Doutor Pedro Silva apresentou a seguinte declaração de voto:

“O modelo de distribuição de verbas proposto pela Reitoria representa em diversos aspetos um progresso relativamente ao modelo utilizado anteriormente, e reconheço o esforço para dar resposta a várias das questões levantadas pelo Conselho Geral. No entanto, não foram feitos quaisquer ajustes à proposta em pontos importantes discutidos na última reunião do Conselho, de que apresento três exemplos:

- *o modelo não tem em conta a questão das economias de escala;*
- *o teto de 2,5% por ano não garante proteção suficiente num cenário negativo de vários anos consecutivos;*
- *a forma como são quantificados os docentes e investigadores integrados em unidades de investigação é incompreensível para qualquer observador externo.*

Os dois primeiros pontos poderão inclusive comprometer a sustentabilidade de algumas unidades orgânicas a médio prazo. Mas como apesar de tudo reconheço a consistência da proposta com os objetivos estratégicos perseguidos pela Reitoria, opto por me abster nesta votação.”

4. Preparação do processo de nomeação do Provedor do Estudante (termo do mandato a 14 de outubro de 2019).

Passando ao ponto 4 da ordem de trabalhos, o Presidente lembrou que o termo do mandato do atual Provedor termina no próximo dia 14 de outubro.

Na passada reunião de 22 de abril ficou decidida a auscultação do atual Provedor - Professor Carlos Costa, o qual manifestou por uma última vez a disponibilidade para o exercício de funções. Será agora iniciado formalmente este processo, nomeadamente a audição das associações dos estudantes.

O Prof. Luís Filipe Antunes, Coordenador da Comissão de Governação, pediu a palavra e deu nota ao Conselho dos contactos estabelecidos com o atual Provedor e da sua disponibilidade para poder ser reconduzido. De seguida, o Estudante Diogo Martins pediu a palavra e informou que tal como os Estudantes tinham referido na reunião de 22 de abril o feedback em relação ao atual Provedor não era negativo tendo, no entanto, sublinhado o facto de este Conselho não ter tido acesso aos Relatórios anuais da sua atividades.

O Presidente informou que tem conhecimento de que os relatórios têm sido realizados e devidamente encaminhados ao Senhor Reitor. No entanto, os mesmos não têm sido remetidos ao Conselho.

O Reitor pediu a palavra e confirmou a receção dos respetivos relatórios. Referiu que a informação sobre o horário de atendimento está bem presente na página da Universidade e que o papel que tem desempenhado tem sido relevante para a Universidade e de uma forma muito empenhada.

O Presidente informou que as Associações de Estudantes têm de ser auscultadas, pelo que os membros Estudantes deverão articular entre si como vão desencadear este processo. Foi solicitado que o façam durante a semana seguinte. A intenção do Conselho é a de nomear o Prof. Carlos Costa para a realização de um 2.º mandato se a auscultação não tiver resultados negativos.

5. Relatório de Contas Intercalares do 1.º trimestre.

Para a discussão deste ponto, estiveram presentes o Administrador da U.Porto, Sr. Dr. João Carlos Ribeiro, o Fiscal Único, Dr. João Careca e o Vice-Reitor para as Relações com empresas, inovação e empreendedorismo, Prof. Doutor Hélder Vasconcelos.

O Presidente recordou o Conselho de que, tendo recebido entretanto o relatório final das Contas do 1.º semestre, a Comissão de Planeamento e Financiamento debruçou-se sobre este documento e não sobre o relatório de contas do 1.º trimestre, o qual estava previsto inicialmente para ser nesta reunião.

De seguida, deu a palavra à Prof.^a Aurora Teixeira, Coordenadora da Comissão de Planeamento e Financiamento. A Prof.^a Aurora Teixeira fez uma breve exposição do parecer que a seguir se transcreve:

“A Comissão de Planeamento e Financiamento (CPF) do Conselho Geral da Universidade do Porto reuniu no dia 7 de outubro de 2019, pelas 10h, na Sala do Conselho da Faculdade de Economia do Porto para a apreciação do

Relatório de Contas Intercalares da U.Porto relativo ao 1.º semestre de 2019 e destaca as seguintes considerações:

- 1. Os mapas financeiros apresentados referem-se ao 1.º semestre de 2019. Estes mapas compreendem: 1) o Balanço em 30 de junho de 2019, que evidencia um ativo total de cerca de 806 milhões de euros, correspondendo a um património líquido de cerca de 650 milhões de euros; e 2) a Demonstração de Resultados por Naturezas que apresenta um Resultado Líquido de cerca de 3,6 milhões de euros.*
- 2. Constata-se, comparando o 1.º semestre de 2019 com o período homólogo de 2018, que a generalidade das Entidades Constitutivas observou um esforço de contenção de gastos (sobretudo, ao nível dos gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos). No entanto, é necessário prudência na leitura do Resultado Líquido do exercício da U.Porto e de cada entidade constitutiva já que o mesmo se encontra sobreavaliado em virtude da subavaliação da rúbrica dos gastos com pessoal. Tal deriva de (ao contrário do que ocorreu no período homólogo de 2018) não ter sido efetuada a especialização mensal do subsídio de Natal. De acordo com a informação veiculada pelo Fiscal Único, para a U.Porto como um todo, se tal especialização tivesse ocorrido o Resultado Líquido diminuiria em cerca de 5 milhões de euros. Não existe uma estimativa do correspondente impacto (negativo) para cada entidade constitutiva.*
- 3. Sendo que os gastos com pessoal estão subavaliados, é de registar o acréscimo observado (face ao semestre homólogo de 2018) nesta rúbrica na Reitoria (+11%), na FCUP (+11%), na FEUP (+7%), na FPCEUP (+13%), na FLUP (+6%) e no CDUP (+26%). Tais acréscimos derivam, essencialmente, de 3 fatores: 1) contratação de doutorados ao abrigo do Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto; 2) alterações de posição remuneratória no âmbito do descongelamento faseado das carreiras (artigo 18.º da Lei do Orçamento de Estado para 2018); 3) alterações da remuneração dos docentes, associado ao processo de avaliação referente a anos transatos.*
- 4. A FCUP e a FEUP não procederam (seguindo o procedimento realizado no período homólogo de 2018) ao reconhecimento dos rendimentos no âmbito dos financiamentos correntes afetos a projetos. Tal significa que o reconhecimento de tais rendimentos no 2.º semestre de 2019 terá um impacto positivo nos resultados líquidos destas entidades constitutivas e, por decorrência, da U.Porto. No final do 1.º semestre de 2019, os resultados líquidos da FCUP e FEUP atingiram, respetivamente, -1,2 e -2,8 milhões de euros, observando um agravamento face ao período homólogo de 2018 na ordem dos 1,5 e 1,4 milhões de euros.*
- 5. Não obstante a U.Porto no seu todo apresentar um grau de autonomia financeira confortável (81%, melhorando 1 ponto percentual face ao período homólogo de 2018), 3 unidades orgânicas apresentam graus de autonomia muito aquém do valor de referência (75%): FEUP (66%), FLUP (57%) e FPCEUP (69%), sendo que nos 2 primeiros casos, FEUP e FLUP, observa-*

- se uma deterioração do grau de autonomia financeira no final do 1.º semestre de 2019 face ao período homólogo de 2018.*
- 6. Na generalidade, as entidades constitutivas da U.Porto apresentam no final do 1.º semestre de 2019 face ao período homólogo de 2018 uma assinalável contenção ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) – das 17 entidades constitutivas em análise, 6 entidades observaram decréscimos, 2 ligeiros acréscimos e 4 acréscimos moderados nos FSE. Destaque-se, no entanto, pela sua magnitude (em termos absolutos e relativos) e significativo agravamento nesta rúbrica a situação da Reitoria. Os FSE da Reitoria passaram de 2,2 milhões de euros no final do 1.º semestre de 2018 para 3,2 milhões de euros no final do 1.º semestre de 2019. Tal agravamento é atribuído (pág. 8 do Relatório) aos gastos associados com a organização de um evento, o International Collegiate Programming Contest 2019. É importante, no entanto, explicar a razão pela qual um evento desta natureza não foi financeiramente autosustentável para que daqui decorram lições que permitam evitar situações futuras que onerem excessivamente os resultados da U.Porto.*
 - 7. Não obstante a reiterada solicitação por parte da CPF, à semelhança de exercícios anteriores, não foi disponibilizado um Sumário Executivo, ou um documento à parte das Contas, que apresente uma análise crítica dos resultados quer para a U.Porto, quer para as suas entidades constitutivas, que permita compreender a evolução dos indicadores de atividade e de desempenho económico-financeiro, bem como a explicitação clara as principais dificuldades e riscos que a U.Porto/ unidades constitutivas observam, a sua natureza (conjuntural ou estrutural), fatores explicativos e as medidas que estão a ser implementadas para ultrapassar tais dificuldades/ constrangimentos/ riscos.*
 - 8. No que concerne a riscos/ incertezas pelo respetivo impacto em termos de resultados, destacamos 2 situações: 1) a aplicação do artigo 77.º do Decreto-lei n.º 84/2019 relativo à possibilidade de abertura de concursos para promoção às categorias de professor associado e catedrático; 2) eventual acréscimo de recursos humanos (e correspondentes gastos com pessoal) no âmbito do Projeto Museológico.*

A CPF sublinha a necessidade de existir uma outra disciplina e um compromisso efetivo na entrega devidamente antecipada dos elementos de informação relevantes para a análise do Conselho Geral. A título de exemplo, referimos a não disponibilização atempada do “Estudo de viabilidade económico-financeira da UPTEC” que, por essa razão, não foi objeto de análise e de emissão parecer por parte da CPF.

Conclusão

Com as reservas detalhadas anteriormente – designadamente relativas: i) aos impactos materiais (e diferenciados por entidade constitutiva) da não especialização do subsídio de Natal; ii) aos impactos, no caso da FCUP e

FEUP (e, por decorrência da U.Porto), do não reconhecimento dos rendimentos associados a financiamentos correntes de projetos; iii) reiteração contínua e sistemática da urgência da disponibilização de uma análise crítica, que acompanhe as 'Contas', da evolução dos indicadores de atividade e de desempenho económico-financeiro por entidade constitutiva, com o elencar dos principais riscos/ dificuldades -, a Comissão de Planeamento e Financiamento emite parecer favorável ao Relatório de Contas Intercalares da U.Porto relativo ao 1.º semestre de 2019.”

Ouvido o parecer da Comissão, o Reitor esclareceu que o art.º 77 poderá ter impacto no 2.º semestre de 2020 e em pleno no ano de 2021. Contudo, tal situação não representa assinaláveis riscos, pois representa valores muito pouco significativos para a generalidade das instituições. Aquilo que o CRUP está a fazer é o levantamento de situações no sentido de incorporar estas despesas extra no novo contrato de legislatura. O número de investigadores aumentou muito, o que tem um impacto significativo. Relativamente ao projeto museológico, tem estabelecido diálogo com o Engº. Paulo Azevedo, para avançar com a criação de uma Associação ou Fundação no sentido de recolher apoios em que a UP participa com o seu património museológico e com o edifício, podendo englobar um conjunto de outras entidades, tais como a CM Porto, o Turismo de Portugal e outras forças económicas da região.

No que se refere ao ICPC – era um compromisso que já vinha de trás e a UP continuou a assumir a iniciativa. O evento foi realizado em parceria com a CM Porto e conseguimos mobilizar apoios provenientes do Turismo de Portugal e da CCDRN que permitirão que, no final, as despesas sejam próximas de zero. Também se prevê uma verba adicional do COMPETE. Neste evento estiveram envolvidos três mil programadores de topo, foram mobilizados vários hotéis da cidade e foi igualmente importante para a projeção do nome da UP no mundo. Será realizado um relatório final desta iniciativa, estando o Reitor convencido de que a participação da UP será próxima de zero.

A Professora Aurora Teixeira referiu que os custos são justificáveis, desde que existam componentes estratégicas que os justifiquem e os números por si não falam por si, daí este reforço de uma necessidade de análise.

Após ampla discussão, foi deliberado aprovar por unanimidade o Relatório de Contas do 1.º semestre, com o parecer favorável da Comissão de Planeamento e Financiamento do Conselho Geral.

6. Plano de Viabilidade da UPTEC.

Passando ao ponto 6 da ordem de trabalhos, o Presidente informou que este ponto não iria ser discutido, dado que o Conselho tinha recebido o respetivo documento no dia anterior à reunião. Reiterou o pedido ao Reitor, para que os documentos analisados pelo Conselho sejam distribuídos atempadamente, de forma a poderem ser apreciados nas reuniões do Conselho.

O Reitor pediu a palavra e deu nota ao Conselho de que quando tomou posse encontrou a UPTEC em processo de falência. Os órgãos de Governo da UPTEC e da Universidade do Porto não atuaram face à referida situação, a eles atribuindo responsabilidade por essa inação. Assim, foi desenhado um plano de intervenção que passou pela substituição da Equipa e salvar a UPTEC e a face da Universidade, que deixou a UPTEC chegar a esta situação. A resposta ao Tribunal de Contas deveria ter sido dada até ao final de setembro. Conseguimos face a todo o processo de substituição da administração, renegociar os acordos da UPTEC e foi conseguida uma equipa de intervenção na UPTEC.

O Presidente refutou as considerações sobre a responsabilidade de qualquer inação face à situação da UPTEC. Na primeira vez que este assunto foi discutido no Conselho, este órgão alertou para o facto de a UPTEC apresentar um plano de amortizações do imobilizado edificado totalmente irrealista.

Dado o prazo de resposta ao Tribunal de Contas já ter sido ultrapassado, o Presidente dispôs-se a promover uma reunião extraordinária do Conselho Geral para análise do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira elaborado, a apreciar previamente pela Comissão de Planeamento e Financiamento.

O Presidente lembrou ainda o Reitor de que este assunto tinha sido agendado a pedido do Reitor, pelo que a entrega do documento para apreciação do Conselho deveria ter sido atempada. Reiterou que mesmo que a Reitoria não tivesse uma versão definitiva do documento, deveria ter sido remetida a versão provisória do documento para respetiva apreciação da Comissão de Planeamento e Financiamento e qualquer aperfeiçoamento final poderia ter sido enviado posteriormente.

O Presidente considerou que, de futuro, o calendário das reuniões do Conselho Geral tinha que ser assumido pela Reitoria, a fim de os documentos e estudos a apresentar para discussão no Conselho Geral sejam disponibilizados em momento adequado.

O Reitor informou que, infelizmente os problemas da UPTEC não estão apenas relacionados com os esquemas de amortização. Referiu que para o Tribunal de Contas será aceitável receber o documento até ao final de Outubro.

A Professora Aurora Teixeira pediu a palavra e acentuou que a Comissão de Planeamento e Financiamento trabalhou sempre com espírito de solidariedade com os outros Órgãos de Governo da Universidade do Porto, nomeadamente com a Reitoria. Nunca foi recusada a emissão de qualquer parecer, só que o mesmo não pode ser elaborado, sem ser proporcionado um tempo de análise e reflexão conveniente.

Pelas 10 horas e 55 minutos ausentou-se da reunião o Professor Artur Águas.

Pelas 11 horas entraram a Professora Corália Vicente e o Prof. Amândio Sousa. De seguida, foi dada a palavra ao Fiscal Único, Dr. João Careca que referiu que tinha proposto um conjunto de sugestões ao plano, nomeadamente uma sugestão de reinvestimento e relacionado com o plano antecipado do empréstimo à U.Porto. Após troca de impressões e, dado o envio tardio do documento, foi deliberado agendar uma reunião extraordinária que terá lugar no dia 22 de outubro, pelas 18h00 na Reitoria da U.Porto, para apreciar o “Plano de viabilidade da UPTEC”.

7. Autoavaliação do Conselho Geral e das suas Comissões Permanentes.

Passando ao ponto 7 da ordem de trabalhos, o Presidente deu a palavra ao Coordenador da Comissão de Investigação, Inovação e Internacionalização, Prof. Doutor José Fernando Oliveira. O Conselheiro fez um ponto da situação do trabalho da Comissão. A Comissão de Investigação decidiu levar a cabo duas iniciativas. A primeira foi a análise dos vários modelos legais e jurídicos que as unidades de I&D associadas à U.Porto assumem, para entendermos a forma de controlo da U.Porto nos diferentes casos. Salientou ainda que o Dr. Vítor canalizou o pedido de informações específicas ao Vice-Reitor da área, que na altura tinha acabado de assumir funções, pelo que este pedido era extemporâneo. Assim, a Comissão irá reativar, agora, este pedido à Equipa Reitoral. A segunda iniciativa foi utilizar a matriz de análise usada pela OCDE na avaliação dos sistemas de ensino terciário, de investigação e de inovação portugueses (Annex A - Assessment framework, pág. 265, OECD Review of Higher Education, Research and Innovation: Portugal, fevereiro de 2019) para caracterizar a Universidade do Porto. Para tal, cada membro da Comissão tentou contribuir com o seu conhecimento da realidade da U.Porto para preencher de forma adequada a matriz. Apesar de ter já algumas contribuições, será marcada uma próxima reunião para que em conjunto seja possível avançar mais rapidamente. Por último, o Prof. José Fernando Oliveira salientou que os Membros do Conselho Geral deveriam ter uma redução do tempo de serviço, para ter mais disponibilidade para o trabalho do CG.

O Presidente deu a palavra ao Coordenador da Comissão de Governação, Prof. Luís Filipe Antunes. O Conselheiro referiu que uma das atividades realizadas pela Comissão foi o acompanhamento do processo de nomeação do Provedor dos Funcionários Não Docentes e Não Investigadores. Posteriormente, elencou alguns temas a tratar pela Comissão: avaliação do modelo fundacional, formas para estimular a cooperação entre UO's, proposta de reuniões do Conselho nas várias UO's, revisão dos estatutos das Unidades de Investigação, representatividade das UO's no CG em particular na elaboração dos cadernos eleitorais, ao nível das regras subjacentes (nomeadamente, quanto à participação de pessoas com vínculos inferiores a 100%), representatividade dos funcionários no CG, pertinência da revisão dos estatutos da U.Porto, programa simplex na Universidade (a realização de reuniões nas várias UO's e o diálogo com os órgãos de gestão, contribuirá para uma maior proximidade destes órgãos).

O Presidente, enquanto Coordenador da Comissão da Terceira Missão, salientou que esta foi criada no início do mandato do Conselho Geral. Referiu que a Comissão reuniu em dezembro de 2017, janeiro de 2018 e fevereiro de 2018. A

reflexão feita em tais reuniões permitiu promover os encontros com todas as Unidades Orgânicas e algumas Unidades de Investigação agrupadas em quatro grandes áreas. Estes encontros foram extremamente úteis, sendo importante dar um passo em frente relativamente ao problema do esforço de uma maior cooperação entre as Unidades Orgânicas que estão em cada uma destas grandes áreas. Estes Encontros realizaram-se a 9 de março e a 16 de abril de 2018. Por proposta do Presidente, a Comissão convidou também os Professores Miguel Tamen, João Filipe Queiró e António Feijó, que muito recentemente tinham publicado estudos sobre os desafios estratégicos que enfrentam as Universidades Portuguesas. A Comissão também realizou uma análise do relatório da OCDE sobre o Ensino Superior, identificando prioridades para a Universidade do Porto. Ou seja, teve um primeiro ano muito ativo e um segundo claramente inferior.

De seguida, o Presidente deu a palavra à Coordenadora da Comissão de Planeamento e Financiamento, Professora Aurora Teixeira que referiu que a Comissão produziu 14 pareceres e reuniu 13 vezes, para elaboração dos mesmos, tal como consta do documento de autoavaliação já distribuído pelo Conselho.

Seguidamente, o Presidente sugeriu as seguintes medidas para ser intensificado e mais convenientemente operacionalizado o trabalho das Comissões:

- reuniões trimestrais;
- distribuição ao Conselho das atas de tais reuniões;
- ser assumido um papel mais ativo de apoio ao funcionamento do Conselho Geral; para tal o coordenador de cada Comissão deverá informar o Conselho Geral dos temas prioritários a apreciar, assim definindo uma agenda para os próximos dois anos, o que deverá ser efetuado já na próxima reunião de dezembro.

O Reitor pediu a palavra, dando nota de que no que se refere à Terceira Missão, a Universidade conseguiu assinar um grande contrato com a Bosch, que envolve várias faculdades. Salientou ainda que a Reitoria tem procurado a negociação de outros grandes projetos com a Bosch que envolve várias faculdades e tem intenção que se desenvolva na Reitoria a negociação de grandes projetos que envolvem uma negociação política importante até ao momento em que os contratos são assinados.

No que se refere à autoavaliação do Conselho Geral, o Presidente fez a seguinte exposição:

Constrangimentos:

- Foram substituídos 4 docentes e 1 externo – 5 elementos em 19 é superior a 25%.
- Os 4 representantes dos estudantes têm um mandato de apenas 2 anos. Pelo que dos 23, são substituídos 9.
- A substituição da própria Equipa Reitoral implica naturalmente novos métodos, etc.

Pontos fracos:

- Com exceção da Comissão de Planeamento e Financiamento, as comissões deveriam ter tido um papel mais pró-ativo, desencadeado iniciativas e promovendo mais frequentemente a sua análise e reflexão.
- O próprio relatório da OCDE, não deu lugar a uma reflexão conjunta; a Comissão da Terceira Missão fez tal trabalho, mas não o partilhou com o Conselho Geral. Será muito importante que quer tal relatório, quer a Estratégia Europeia 2030 devam ser analisados, a fim de serem definidas de forma mais consistente as prioridades da Universidade do Porto.
- Falta de foco de muitas intervenções, algumas das quais refletindo questões pessoais ou visões mais específicas que se sobrepuseram à da Universidade.
- Gestão do tempo das reuniões, anunciando previamente a sua duração; eventualmente fixar um tempo para uma primeira intervenção e, no caso de haver uma segunda, a sua duração deverá ser inferior.
- Excessivo peso da agenda pré-datada. Não têm havido condições para apreciar as grandes questões da Universidade. Com efeito, a apreciação das contas trimestrais, bem como do relatório e contas anuais, do plano e orçamento anual e da avaliação da execução do plano estratégico, constituem uma agenda que condiciona a ação do Conselho.
- O Governo já assumiu metas muito exigentes para a percentagem da população com idades entre os 25 e os 34 anos, que deverão ter concluído o 1.º ciclo no Ensino Superior; os objetivos de I&D em relação ao PIB impõem também metas muito ambiciosas.
- A política e os processos de comunicação do Conselho Geral, em especial para dentro da Universidade.
- Apenas foram visitadas duas unidades de investigação (INESC.Tec e i3S) e a UPTEC; será necessário realizar visitas trimestrais, sendo dada prioridade às Unidades com mais relevo para o futuro da Universidade.
- Ainda não foi realizada a apreciação do estatuto fundacional da Universidade do Porto.

Pontos Fortes:

- Criação da Comissão da Terceira Missão
- Realização de reuniões agendadas por áreas sobre as UOs e as mais relevantes UIs
- Visitas ao INESC.Tec, i3S e UPTEC.
- Forma como decorreu a eleição do Reitor, tal como o processo de designação do Provedor do Funcionário Não Docente e Não Investigador.
- Aprovação de diretivas para a elaboração do orçamento anual.
- Realização de uma sessão de audição e debate sobre a estratégia na Universidade.
- Ação desenvolvida pela Comissão de Planeamento e Financiamento.

- Pedido de esclarecimentos e diálogo com a Equipa Reitoral sobre o Orçamento para 2020, assim como o modelo de distribuição interna de recursos do OE.

Ações Prioritárias a desenvolver:

- Revisitar o plano estratégico com a Equipa Reitoral.
- Acompanhar o processo de integração no perímetro da U.Porto das Unidades de Investigação.
- Refletir sobre as recomendações dos Relatórios da OCDE sobre o Ensino Superior.
- Estimular a Reitoria a desencadear, com o envolvimento das unidades da U.Porto, um processo de eventual criação de Agrupamentos.
- Reforçar a capacidade de participar em processos de financiamento europeu e outras origens internacionais.
- Acompanhar o processo da U.Norte.
- Estimular a cooperação com o IPP.
- Acompanhar o processo de escolha das alianças internacionais.
- Análise comparativa da evolução da U.Porto e das outras Universidades Públicas, bem como da Universidade Católica.
- Auscultar o Presidente da CCDRN sobre a Estratégia Europeia 2030.

Vários Membros do Conselho pediram a palavra e sugeriram as seguintes ações a desenvolver pelo Conselho:

- Criação do Portal do Conselho.
- Necessidade de maior atualização do Sigarra e ação das Comissões.
- Benchmark com outras universidades que será um elemento fundamental para nos posicionarmos. Em termos organizacionais com certeza há perceção da forma como outros funcionam.
- Maior foco nas reuniões, melhorar a eficiência do Conselho, dar mais prioridade às questões estratégicas, convidar com mais frequência personalidades externas, nacionais e estrangeiras.
- Promover uma maior proximidade do trabalho das Comissões com elementos da equipa da Reitoria.
- Apreciar o grau de cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que também estão presentes na Estratégia Europeia 2030.
- Aproveitar melhor as relações com os PALOP, identificando oportunidades para a prestação de serviços e o incremento de relações.
- Necessidade de desenvolver um trabalho de maior proximidade com o mundo empresarial, identificando tudo o que já está a ser feito.
- Efetuar uma reflexão profunda sobre o modelo de organização da Universidade do Porto.
- A Universidade do Porto deverá também promover estudos de consultoria a instituições do setor cultural.

Por último, o Presidente sugeriu que os Membros refletissem sobre a autoavaliação do Conselho e na reunião de dezembro se concluísse a apreciação deste assunto.

8. Apreciação da proposta de calendário das reuniões do Conselho Geral para 2020.

Passando ao ponto 8 da ordem de trabalhos, o Presidente informou que a proposta de calendário distribuída é uma referência, e que terá de articular primeiro com o Reitor. Assim este ponto será apreciado na reunião de dezembro.

9. Outros assuntos.

Foi deliberado aprovar por unanimidade expressar um voto de profundo pesar à família do Professor Catedrático Manuel Ferreira de Oliveira. O Conselho Geral enalteceu o grande contributo que deu à Universidade, como seu notável docente, Membro do Senado, Vice-Presidente do Conselho Geral e como Curador da Universidade do Porto. Foi ainda sublinhada a sua carreira como Gestor, no plano internacional e liderando algumas das mais destacadas empresas portuguesas.

De seguida, o Dr. Vítor Silva pediu a palavra e fez uma breve exposição sobre a sua participação no VI Encontro de Conselheiros Não Docentes e Não Investigadores dos Conselhos Gerais das instituições de Ensino Superior públicas que se realizou na Universidade da Madeira, no passado dia 7 de junho. Foi distribuído pelo Conselho, o Comunicado sobre as conclusões do Encontro, emitido pela Universidade da Madeira. Os próximos Encontros, serão durante o mês de maio nos seguintes locais:

- 2020 – Instituto Politécnico de Leiria;
- 2021 – Universidade do Porto
- 2022 – Universidade dos Açores

Por último, o Presidente deu nota ao Conselho de que tinha recebido um manifesto da UPDigital, distribuído pelos Membros do Conselho. Após troca de impressões, o Conselho considerou que esta é uma matéria de gestão da Universidade, pelo que deverá ser o Reitor a acompanhar este processo.

Após agradecer a participação de todos e nada havendo a acrescentar, a reunião foi encerrada às treze horas e cinquenta minutos. De tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente do Conselho Geral e pelo Secretário do Conselho Geral.

O Presidente do Conselho Geral da U.Porto,

Artur Santos Silva

O Secretário do Conselho Geral,

Vítor Silva
